

Assassinatos de Travestis e Transexuais no Rio Grande do Sul: crimes pautados em gênero?

Murders of Transvestites and Transsexual in Rio Grande do Sul: crimes based in gender?

Cristian Fabiano Guimarães*; **Stela Nazareth Meneghel****; **Camila Guaranha***; **Fabiano Barnart****; **Igor Garber Simões***; **Julliane Quevedo de Moura***

*Centro Universitário Metodista do IPA; **Universidade Federal do Rio Grande do Sul, cristian.guimaraes@metodistasul.edu.br

Resumo

Palabras clave

Travestis
Transexuais
Homicídios
Violência de gênero

Travestis e transexuais constituem uma população exposta a diferentes situações de vulnerabilidade, devido à orientação sexual, identidade de gênero e relações com a sociedade. Propusemos esta pesquisa para analisar os assassinatos dessa população no Rio Grande do Sul, entendidos como homicídios baseados em gênero. Este artigo apresenta as mudanças metodológicas ocorridas ao longo do processo da pesquisa e da imersão dos pesquisadores no campo, a partir de quatro eixos: a contextualização da pesquisa; os assassinatos de travestis e transexuais como homicídios de gênero; a geração de dados e as reflexões para subsidiar a construção de um campo explicativo. Com esse estudo, esperamos contribuir com a construção de metodologias para a abordagem desse tema.

Abstract

Keywords

Transvestites
Transsexuals
Homicides
Gender violence

Transvestites and transsexuals represent an exposed population to the different situations of vulnerabilities, in relation to sexual orientation, gender identities and relations with the society. We proposed this research to analyze the murders of this population in the Rio Grande do Sul, understood as homicides based in gender. This article presents the methodological changes throughout the process of the research that occurred during the immersion of researchers in the field, from four areas of analysis: context of the research; the murders of transvestites and transsexuals as gender murders; the process of data generation and the reflections to build of a comprehensive field. Through this study, we hope to contribute for building methodologies to address this issue.

Introdução

O texto que segue surgiu da imersão dos pesquisadores em um campo pouco explorado, em função do caráter “marginal” que assume a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT). Em 2010, quando foi elaborado o projeto de pesquisa “Femicídios e assassinatos baseados em gênero no Rio Grande do Sul” (Meneghel, 2010), surgiu a necessidade de incluir no estudo a investigação de crimes contra travestis e transexuais, visto que militantes do movimento LGBT no município de Porto Alegre já haviam manifestado a preocupação com os elevados índices de assassinatos de travestis e transexuais no Estado.

A partir dessa constatação, ampliamos a população de estudo, inicialmente mulheres, para incluir as travestis e transexuais. Neste trabalho, o objetivo principal é descrever o perfil de homicídios femininos no Rio Grande do Sul e investigar aspectos qualitativos presentes em inquéritos policiais de homicídios

Guimarães, Cristian Fabiano; Meneghel, Stela Nazareth; Guaranha, Camila; Barnart, Fabiano; Simões, Igor Garber y de Moura, Juliane Quevedo (2013). Assassinatos de Travestis e Transexuais no Rio Grande do Sul: crimes pautados em gênero?. *Athenea Digital*, 13(2), 219-227. Disponible en <http://psicologiasocial.uab.es/athenea/index.php/atheneaDigital/article/view/Guimaraes>

de mulheres e travestis, bem como compreender o discurso de operadores sociais acerca desses crimes.

Ao construir a estratégia metodológica da pesquisa, pensávamos em obter os nomes do registro civil das travestis, por meio de contato e parceria com organizações não governamentais que trabalham com população LGBT. No entanto, no processo de coleta de dados junto às ONGs, obtivemos apenas a identificação do nome social das pessoas assassinadas. Essa limitação nos levou a redesenhar o método da investigação, já que os assassinatos na população de travestis e transexuais são notificados nos registros policiais através do nome de registro civil.

Portanto, este artigo buscará refletir sobre as mudanças metodológicas que aconteceram a partir da imersão dos pesquisadores no campo, em função do contato com a realidade das travestis e transexuais. O objetivo deste artigo é problematizar o processo de construção de informações para trabalhar com os assassinatos de travestis e transexuais. Busca trazer contribuições para o estudo de um problema cuja magnitude é elevada, porém não se dispõem estatísticas confiáveis. Há limitações para identificar as travestis e transexuais assassinadas, na medida em que o nome que consta nos registros civis não é o adotado pela pessoa e não há interesse da sociedade em publicizar estas mortes.

O texto está organizado em cinco partes. A primeira traz o referencial teórico que dá suporte à pesquisa, após se discute o contexto de surgimento da pesquisa; segue a relação entre o assassinato de travestis e a categoria homicídios baseados em gênero; a construção de procedimentos para a geração de dados; e, por fim, trazemos reflexões para subsidiar a composição de um campo explicativo para o problema em questão.

A produção de estudos teóricos

Para o levantamento de dados sobre os assassinatos de travestis, iniciamos com uma pesquisa na internet através de sites de busca, localizamos diversas notícias sobre o assunto e obtivemos o nome de registro de três vítimas nas notícias encontradas, porém apenas uma delas pertencia ao espaço temporal da pesquisa. O primeiro inquérito foi localizado na 1ª Delegacia de Polícia de Alvorada, cidade da Grande Porto Alegre, o nome de registro da vítima foi localizado através da pesquisa na internet. Contamos também com a parceria das instituições não governamentais: Nuances – Grupo pela Livre Expressão Sexual e da Igualdade – Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul.

Na revisão sistemática realizada pelo grupo de pesquisa sobre a temática travestis, transexuais, transgêneros, violências e assassinatos, encontramos três artigos (Carrara & Vianna, 2006; Peres, 2004; Ramos & Carrara, 2006), dois capítulos de livro (Carrara & Vianna, 2004; Ramos, 2010) que tratam do tema e uma dissertação de mestrado que discute os assassinatos de travestis e transexuais no Rio de Janeiro/Brasil, a partir da análise de notícias veiculadas em mídias impressas (Lacerda, 2006), além de livros (Kullick, 2008; Mott & Cerqueira, 2001).

Na revisão de literatura, chamou atenção a quantidade de artigos relacionando o tema com HIV/AIDS, e inúmeros trabalhos relacionados à construção da identidade travesti/transexual. Os trabalhos acadêmicos estão, de forma geral, interessados em estabelecer um perfil identitário (territorializar o ser travesti/transexual, a partir da análise de um conjunto de elementos fixos, entre eles as violências), garantindo certa homogeneidade ao ser travesti/transexual. Além do mais, apontam os “perigos” inerentes à conduta/comportamento dessas pessoas, de acordo com a posição marginal que a

sociedade lhes atribui, com a finalidade de povoar as possibilidades futuras dessa população no processo de devir.

A pesquisa realizada nas mídias buscou dados em jornais do Estado, no acervo do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa em Porto Alegre. Na primeira visita ao museu conseguimos localizar uma notícia que trazia o nome da vítima. A matéria correspondia a um dos relatos feito na ONG Igualdade, do qual só tínhamos o nome social, o que não possibilitava a busca do inquérito na Delegacia de Homicídios.

Sérgio Carrara & Adriana Vianna (2006) estudam a violência letal perpetrada contra travestis no município do Rio de Janeiro/Brasil e a forma como os casos são construídos judicialmente. Os autores apontam peculiaridades relativas ao tratamento dos assassinatos violentos caracterizados pelo comportamento homofóbico da polícia e judiciário, associando a forma de investigação e o desfecho dos casos a questões relacionadas ao perfil sócio-demográfico das vítimas, tais como cor, classe e gênero. Os autores diferenciam os crimes cometidos contra gays e travestis no Rio de Janeiro, sugerindo que, com relação ao local em que ocorre o crime, os gays tendem a ser vitimados em suas residências, enquanto que as travestis são assassinadas nas ruas. Nesse sentido, “Travestis são as vítimas preferenciais de execuções. (...) isso se deve tanto ao seu envolvimento com a atividade de prostituição, que [as] coloca em maior exposição pública, quanto ao modo pelo qual a homofobia [as] atinge” (Carrara & Vianna, 2004, p. 60).

Ao discutir assassinatos de transgêneros – travestis e transexuais – é importante ressaltar que a literatura sugere que se trata de populações distintas sob o prisma socioeconômico. Carrara & Vianna (2004) afirmam que entre negros e pardos, o número de travestis excede ao de gays, indicativo do seu pertencimento aos estratos mais pobres da sociedade brasileira. Da mesma forma, Marcos Roberto Vieira Garcia (2009) sugere que a maioria de travestis é procedente de famílias pobres e um grande número são migrantes vindos de pequenas cidades principalmente do norte e nordeste.

Com base em sua passividade percebida e feminilidade internalizada, portanto, *a bicha ou viado*, é vista como uma espécie de fracasso ambulante, segundo as avaliações biológicas e sociais – como um ser incapaz de realizar seu potencial natural devido ao seu comportamento social inadequado, e também incapaz de cruzar as fronteiras culturalmente construídas de gênero devido às limitações inevitáveis de sua anatomia. Não surpreendentemente, portanto, sujeito à violência simbólica mais severa, e frequentemente física, encontrada em toda parte da sociedade brasileira – objeto constante de ridículo ou vergonha, que serve para estigmatizar ou marginalizar performances de gênero desviantes enquanto, ao mesmo tempo reforça padrões normativos de masculinidade e feminilidade.

De acordo com Richard Parker (1991), a diversidade dos sistemas culturais no Brasil é uma das características da sexualidade do brasileiro. Estes quadros culturais múltiplos expressam não só uma única realidade sexual, mas um conjunto de múltiplas realidades. Existe uma variedade de homossexualidades diferentes, ao invés de uma única e unificada. Tanto no Brasil, como em outros lugares, a sexualidade se expressa dentro de um contexto de poder e dominação. Para entender a homossexualidade masculina no Brasil, é necessário saber que se trata de um conceito recente como categoria sexual. Diferenciar os conceitos de atividade e passividade dentro do universo da sexualidade: o comportamento masculino hegemônico que a sociedade impõe tem que ser identificado através da atitude de atividade, enquanto o comportamento feminino hegemônico está relacionado à atitude de passividade. Essa atribuição é fruto de um conjunto de normas intrínsecas na cultura da sociedade, ao invés de uma posição pensada e racionalizada por cada indivíduo. A diferença entre

atividade/passividade está diretamente ligada ao comportamento de dominação/submissão e é expressão do poder exercido pela classe dominante e machista.

Carrara & Vianna (2006) observaram que as agressões são cometidas mais frequentemente na rua, utilizando arma de fogo e correspondendo a crimes de execução, sendo maciçamente arquivados. Esses dados sinalizam o grau da impunidade que incide sobre a execução de travestis.

A vulnerabilidade das travestis associa-se à prostituição, que as coloca numa posição de exposição pública à homofobia. Há casos em que a identidade de gênero da vítima ou o fato de "ser travesti", parece ser o fator determinante da execução, que assume as feições de crime de ódio (Carrara & Vianna, 2006).

As travestis e transexuais, embora em menor número, são aquelas que os dados apontam como estando mais expostas às situações de violência, sobretudo no que diz respeito à permanência em espaços públicos e com nuances de violências graves. (Pocahy, 2007, p. 22).

Além disso, observa-se que essa população está mais exposta a diferentes situações de risco e vulnerabilidades sociais, em função da orientação sexual e do sofrimento oriundo do mundo do trabalho e de suas relações. Sabe-se que a maioria das travestis é profissional do sexo e que dificilmente encontra postos no mercado formal de trabalho. Embora não se possa afirmar que faltam oportunidades para esse grupo populacional no mercado formal, pode-se supor que a orientação sexual, associada à transformação da imagem corporal, cria uma barreira de acesso ao trabalho. Da mesma forma, convém deixar registrado que muitos relatos obtidos na pesquisa demonstram que na rua elas têm a possibilidade de construir um lugar social e uma identidade, mesmo diante de dificuldades como exposição a situações adversas, risco de morte e outras violências.

Contextualização da pesquisa

A proposta da pesquisa "Femicídios e assassinatos baseados em gênero no Rio Grande do Sul" (Meneghel, 2010) pretende descrever o perfil de homicídios baseados em gênero, ocorridos nos últimos cinco anos no Estado. A estratégia metodológica compreende a análise quantitativa da mortalidade de homicídios femininos e de travestis, bem como a análise qualitativa dos inquéritos policiais. Essa pesquisa tem como objetivo quantificar o número de homicídios baseados em gênero (femicídios e assassinatos de travestis). Outro objetivo é construir indicadores para monitorar os femicídios e outros assassinatos baseados em gênero, tendo em vista subsidiar o sistema de vigilância da violência no Rio Grande do Sul.

Quando iniciamos a leitura dos inquéritos policiais na Delegacia de Homicídios de Porto Alegre, para coletar as informações referentes aos femicídios, ouvimos relatos dos operadores da segurança pública acerca de homicídios perpetrados contra travestis. Este fato motivou-nos a redimensionar a pesquisa e incluir outras mortes ocasionadas pelo gênero da vítima. Iniciou-se então uma articulação com o movimento LGBT do município de Porto Alegre.

A partir da constatação de que havia outros tipos de assassinatos que se apresentavam como "violência de gênero", entendemos que seria importante conhecê-los. A proposta de investigar os assassinatos de travestis foi divulgada junto à ONG Igualdade-RS, uma ONG que desenvolve projetos no campo da saúde e dos direitos humanos. Recebemos apoio desta instituição e percebemos que a ONG já vinha se

preocupando com esse evento, ao mesmo tempo em que nos contavam histórias sobre travestis assassinadas.

O preconceito e discriminação direcionados a LGBT são geradores de sofrimento e o assassinato representa a “ponta do iceberg” de violações de direitos. Sabe-se que a homofobia não ocorre de maneira isolada de outras formas de discriminação social, ao contrário, elas caminham junto e são reforçadas pelo machismo, sexismo, racismo, misoginia e outros modos de discriminação. Desta forma, assim como os femicídios, os assassinatos de travestis constituem um “marcador” de violência e discriminação de gênero.

Outro dado de pesquisa indica que os operadores policiais ao conduzir a investigação de assassinatos de travestis e transexuais tendem a reproduzir a violência, seja minimizando a importância do evento, seja não indicando indiciados ou encerrando rapidamente a investigação.

Assassinatos de Travestis: Homicídios baseados em Gênero

Homicídios baseados em gênero é uma expressão criada pelo grupo de pesquisa para designar os crimes em que o gênero constitui o motivo pelo qual ocorreu o homicídio. Dessa forma, entendemos que as travestis e transexuais podem ser incluídas nessa categoria, na medida em que a maioria dos assassinatos perpetrados contra este grupo trata-se de crimes de ódio ou execuções, nos quais foi determinante o fato da vítima ser travesti.

Nos assassinatos de travestis predominam atitudes homofóbicas de rejeição a pessoas que exercem outras formas de sexualidade além da heterossexualidade compulsória. A rejeição possibilita e acoberta atitudes de violência física como espancamentos e perseguições em vias públicas e violência simbólica cujo limite são os assassinatos marcados pelo ódio.

As reações da homofobia se expressam nos atos de vigilância e eliminação: ateia-se fogo, corta-se, perfura-se, apedreja-se, mata-se. Suplício e exposição desse abjeto como objeto que explicita a punição aqueles que cruzam as fronteiras da norma (Pocahy, 2007, p. 12).

Muitos destes crimes se acompanham de mutilação dos corpos, desfiguração do rosto, corte dos cabelos, retirada das unhas e dos seios. A configuração do crime de ódio prima pelo excesso: são dezenas de facadas ou tiros, procurando atingir o rosto e desfigurar as vítimas. Os assassinos também costumam deixar mensagens no corpo ou junto dele, desqualificando as vítimas e colocando conteúdos homofóbicos e sexistas.

A identidade masculina, branca, heterossexual de classe média que é tomada como a identidade normal, legítima e não problemática. Está é a identidade referência a partir da qual as demais são produzidas e nomeadas como diferentes. (Louro, 2010, p. 144).

Esses assassinatos decorrem de diferenças sociais de gênero, que atribuem uma posição de subalternidade às “diferenças”, compreendidas como o exercício da sexualidade dos que não se enquadram ao padrão heterossexual dominante, monogâmico e calcado nas funções reprodutivas. Há uma desvalorização do feminino, considerado subalterno e inferior, havendo rancor misógino frente às características femininas que as travestis ostentam. O fato destas pessoas não se enquadrarem no modelo biológico, supostamente normal, justifica sua punição e mesmo eliminação.

Observa-se também que as travestis e transexuais não têm vínculo com as famílias, em função do abandono motivado pela orientação sexual e identidade de gênero. Elas costumam sair cedo de casa, geralmente na adolescência, e deixam suas cidades natais em busca das capitais e dos grandes centros econômicos do país. Nesta mudança, por vezes constituem outros grupos, que podem ser entendidos como uma nova família e que fazem a função de cuidado e apoio (Ornat, 2009).

Portanto, ao analisarmos os assassinatos baseados em gênero, queremos problematizar o que há em comum na agressão e morte de travestis e transexuais (o padrão que se repete e se mantém nesses crimes) e que remete à dimensão política da desigualdade de gênero.

Procedimentos para a geração de dados

Com o objetivo de compreender dimensões subjetivas e simbólicas dos comportamentos, contextos e processos vividos (Haguette, 1990; Minayo, 1998) escolheu-se a abordagem qualitativa, que permite analisar os discursos presentes nos inquéritos, inclusive identificar a presença de machismo, culpabilização e preconceitos em relação à vítima LGBT.

O estudo qualitativo proposto no início da pesquisa compreendia a investigação de inquéritos policiais de assassinatos de travestis e/ou transexuais nos últimos cinco anos, procurando informações sobre o agressor (que não constam nas declarações de óbito) e dados sobre história do assassinato obtidas em documentos oficiais: boletins de ocorrência e inquéritos policiais, com o objetivo de identificar a fração dos homicídios que correspondem a assassinatos baseados em gênero.

Buscou-se, junto a ONG Igualdade-RS, os nomes das travestis e transexuais assassinadas no Rio Grande do Sul nos últimos anos, porém encontramos poucos dados que pudessem identificar essas vítimas. Para as poucas identificadas, foi realizada uma busca nos inquéritos policiais junto às Delegacias de Homicídios, visando investigar a presença de violência de gênero em relação ao óbito. O processo de análise pretende analisar as práticas discursivas dos operadores policiais, objetivando identificar a construção social do evento “assassinato baseado em gênero”.

Estudiosos da violência de gênero (Blay, 2008; Correa, 2003) têm observado alguns elementos comuns em relação a assassinatos de mulheres, tais como a minimização da violência perpetrada pelo agressor e a culpabilização da vítima, muitas vezes menosprezada ou atacada quanto à sua conduta moral. Queremos saber se este fato acontece no contexto dos assassinatos de travestis.

Portanto, um dos focos da análise refere-se à construção dos discursos acerca do assassinato de travestis na amostra de inquéritos policiais pesquisados na cidade de Porto Alegre. Além do mais, pretende-se identificar nas narrativas das participantes da Igualdade, biografias ou histórias exemplares (Thompson, 2002), de travestis que tiveram a vida marcada pelo enfrentamento às violências e discriminações.

Reflexões para subsidiar a construção de um campo explicativo

No primeiro encontro que tivemos com a ONG Igualdade, queríamos saber sobre os assassinatos de travestis e transexuais em Porto Alegre-RS. Neste encontro, nos vimos diante de um grupo de travestis

que fizeram questão de lembrar histórias de conhecidas e amigas que foram brutalmente assassinadas. As lembranças extrapolaram a delimitação do tempo e do tema proposto e elas *pari passu* que nos contaram as histórias das travestis que morreram, puderam acionar a memória e narrar histórias de outras que foram infratoras e guerreiras, lutaram, amaram e resistiram.

Lembraram detalhes, reviveram momentos, atualizavam no presente cenas tristes do passado, misturadas com relatos bem-humorados e irônicos. Sabiam os nomes sociais, mas não puderam informar o nome de registro civil, deixando claro que a resolução do problema de identificação era mais complicada do que pensávamos. Os dados oficiais constantes nos inquéritos policiais e Boletins de Ocorrência registram somente o nome da identidade civil da vítima, ignorando o nome pelo qual as travestis se reconhecem (por si só, essa questão, por gerar efeitos políticos importantes de não reconhecimento do nome social, configura uma situação de violência).

Percebemos então que as histórias relatadas constituíam potentes fontes de informação não só sobre o assassinato em si (motivações conhecidas ou veladas), mas sobre o campo explicativo que era construído pela polícia ao longo das investigações sobre o crime.

Vimos ainda que a ONG Igualdade-RS se preocupava com a questão de assassinatos de travestis e transexuais de longa data e havia criado informalmente uma estratégia para acessar as informações oficiais acerca destes crimes. Assim, quando um corpo de uma pessoa assassinada chegava ao Departamento Médico Legal (DML) de Porto Alegre e os operadores da segurança percebiam características físicas que indicavam se tratar de travesti e/ou transexual, a presidente da ONG era contata para fazer o reconhecimento da vítima. Porém esse procedimento oficioso é intermitente, impedindo a ONG de acompanhar os assassinatos de travestis conhecidos pelo serviço policial. Apesar da dificuldade do canal de comunicação informal, a ONG segue atenta para os homicídios, contando com o auxílio de policiais para a identificação dos assassinados e acompanhamento dos inquéritos.

Portanto, a primeira dificuldade que se colocou para a pesquisa, e que reflete um contexto de violência institucional importante, foi a impossibilidade de identificar os assassinatos de travestis em função do não reconhecimento do nome social pelo Estado. Esse fato impede quantificar o número exato de assassinatos de travestis a partir dos inquéritos policiais e dos boletins de ocorrência e significa produção e reprodução da violência institucional pelo poder público. Além disso, a impossibilidade de saber a população total de travestis e transexuais no espaço geográfico pesquisado impede calcular um indicador, que possibilite a comparação entre os assassinatos de travestis e transexuais com os assassinatos da população geral, o que permitiria uma noção real da gravidade da situação referente à violência letal contra travestis e transexuais.

No processo de discussão que se instaurou na ONG, percebemos que era necessário não apenas trabalhar com as travestis como notificantes de pessoas assassinadas, mas que havia um desejo de serem ouvidas e participar na pesquisa. Nesse processo, elas usaram a pesquisa como um dispositivo para expor as narrativas e memórias, e através deste diálogo ressignificarem suas histórias de vida. Mais do que isso, no processo de narrar as histórias, construiu-se um espaço de acolhimento e reconhecimento da identidade de travesti como legítima e com direito à cidadania e à vida. O grupo mostrou interesse em pesquisar a si próprio e começou a se delinear em conjunto (elas e nós), outra pesquisa sobre o perfil das travestis que participam da ONG, trazendo subsídios para trabalhar com a vida e não apenas com a violência e a morte.

O processo de formação da identidade tem como pressuposto o reconhecimento recíproco entre sujeitos, de modo que somente quando um indivíduo vê confirmada sua

autonomia pelos demais é que pode chegar a uma compreensão completa de si mesmo como sujeito social. Ser reconhecida seria, em suma SER. (Pelúcio, 2010, p. 77).

O aporte de conhecimento sobre os assassinatos que as militantes e outras pessoas que iam se agregando às reuniões na ONG era maior que qualquer possibilidade de exploração de dados secundários. Essa metodologia que foi se estruturando na prática, acrescentou a possibilidade de validação/reflexão do material colhido no próprio grupo, tendo em vista a produção de uma escrita gestada por muitas mãos e cabeças.

Durante a discussão grupal, em que exercitamos a escuta, percebemos a capacidade de resistência das travestis. O sentimento de ser ouvido e acolhido que o grupo propicia, favoreceu a rememoração de fatos vividos e o relato das estratégias para enfrentar os problemas do cotidiano.

Quando percebemos que não íamos avançar na identificação das travestis assassinadas, flexibilizamos a estratégia de pesquisa e estruturamos grupos de discussão, como espaço de escuta das histórias, memórias, percepções, e sentimentos das travestis.

Encontramos nas delegacias apenas dois inquéritos de um total de mais de vinte travestis assassinadas; mesmo assim, continuamos a busca dos inquéritos de travestis junto às delegacias de Porto Alegre. Além disso, iniciamos a realização de entrevistas semi-estruturadas com informantes-chave, especialmente as envolvidas com o movimento LGBT, para saber mais sobre os assassinatos.

Reflexões finais

Neste momento, continua o desafio de consolidar a pesquisa em conjunto com as travestis e transexuais, para agregar ao estudo dados que permitam melhor analisar os assassinatos de LGBT. Além disso, passamos a perceber a pesquisa como estratégia de reflexão para o grupo.

Neste sentido, as modificações realizadas na estratégia metodológica, agora compreendida como estratégia de produção conjunta de conhecimento, se justificam na medida em que o encontro com o campo nos traz a real dimensão das necessidades e demandas apresentadas pelo grupo social pesquisado. Com isso, buscamos garantir que essas pessoas se tornem atores na problematização dessa questão e criem condições de enfrentamento aos problemas que se colocam no seu cotidiano.

Acreditamos que, através dessa pesquisa, e a partir da compreensão de como os assassinatos pautados em gênero se produzem/reproduzem, novas ações podem ser demandadas ao poder público, objetivando a construção de políticas públicas que promovam o enfrentamento ao heterossexismo.

Referências

- Blay, Eva Alterman (2008). *Assassinato de mulheres e direitos humanos*. São Paulo: USP, Editora. 34.
- Carrara, Sérgio & Vianna, Adriana (2004). A violência letal contra homossexuais no município do Rio de Janeiro: características gerais. Em Carlos Caceres (Org.), *Ciudadania sexual en America Latina: abriendo el debate*. (pp. 47-64). Lima: Universidad Peruana Cayetano Heredia.
- Carrara, Sérgio & Vianna, Adriana (2006). "Tá lá o corpo estendido no chão"... : a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, 16(2), 233-249.
- Correa, Mariza (2003). *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Graal.

- Garcia, Marcos Roberto Vieira (2009). Identity as a “patchwork”: aspects of identity among low-income Brazilian travesties. *Culture, Health and Sexuality*, 11(6), 611-623.
- Haguette, Teresa Maria Frota. (1990). *Metodologias Qualitativas na sociologia*. Petrópolis: Vozes.
- Kullick, Don (2008). *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.
- Lacerda, Paula (2006). *O drama encenado: assassinatos de gays e travestis na imprensa carioca*. Dissertação do mestrado inédita. Instituto de Medicina Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro.
- Louro, Guacira Lopes (2010). *Sexualidades minoritárias e educação: novas políticas?* Em Fernando Pocahy (Org.), *Políticas de enfrentamento ao heterossexismo: corpo e prazer* (pp. 143-150). Porto Alegre: NUANCES.
- Meneghel, Stela Nazareth (2010). Femicídios e assassinatos baseados em gênero no Rio Grande do Sul. Pesquisa inédita em realização no PPG Enfermagem/UFRGS. Projeto financiado pelo CNPq. Edital Mulheres, gênero e feminismos.
- Minayo, Maria Cecília de Souza (1998). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec.
- Mott, Luis & Cerqueira, Marcelo (2001). *Violação dos Direitos Humanos e Assassinato de Homossexuais no Brasil*. Bahia: Editora Grupo Gay da Bahia.
- Ornat, Marcio José (2009). Especialidades Travestis e a instituição do território paradoxal. In: Joseli Maria Silva (Org.), *Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades* (pp. 175-207). Ponta Grossa: Todapalavra.
- Parker, Richard. (1991). *Bodies, pleasures and passions: sexual culture in contemporary Brazil*. Boston: Beacon Press.
- Pelúcio, Larrisa.(2010). Plurais na singularidade – reflexões sobre travestilidades, desejo e reconhecimento. Em Fernando Pocahy (Org.), *Políticas de enfrentamento ao heterossexismo: corpo e prazer* (pp. 75-83). Porto Alegre: NUANCES.
- Peres, William Siqueira (2004). Violência estrutural e AIDS na comunidade travesti brasileira. *Revista de Psicologia da UNESP*, 3(1), 21-31.
- Pocahy, Fernando (2007). *Um mundo de injúrias e outras violações. Reflexões sobre a violência heterossexista e homofóbica a partir da experiência do CRDH rompa o silêncio. Rompendo o silêncio: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea*. Porto Alegre: Nuances.
- Ramos, Sílvia (2010). Respostas do movimento GLBT à homofobia e a agenda da segurança pública. Em Fernando Pocahy (Org.), *Políticas de enfrentamento ao heterossexismo: corpo e prazer* (pp. 125-142). Porto Alegre: NUANCES.
- Ramos, Sílvia & Carrara, Sergio (2006). A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, 16(2), 185-205.
- Thompson, Paul (2002). *A voz do Passado - História Oral*. São Paulo: Paz e Terra.



Este texto está protegido por una licencia [Creative Commons](#).

Usted es libre de copiar, distribuir y comunicar públicamente la obra bajo las siguientes condiciones:

Reconocimiento: Debe reconocer y citar al autor original.

No comercial. No puede utilizar esta obra para fines comerciales.

Sin obras derivadas. No se puede alterar, transformar, o generar una obra derivada a partir de esta obra.

[Resumen de licencia](#) - [Texto completo de la licencia](#)